



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL ANTONIO FELIX

PROJETO DE LEI Nº. 19 /010

LIDO NO EXPEDIENTE

15 MAR 2010

*“Altera o art. 1º da Lei Ordinária
Nº 5.976 de 24 de fevereiro de 2010”.*

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º O artigo 1º da Lei Ordinária Nº de 24 de fevereiro de 2010 passará a ter a seguinte redação:

“ Art 1º Fica o Poder Executivo estadual autorizado a celebrar convênio com a União Federal e a conceder aos colonos através do Departamento Nacional de Produção Mineral-DNPM 10.000,00,00,00 (dez mil) hectares de área, compreendida nas cidades de Juazeiro do Piauí e Castelo do Piauí, destinada a exploração de recursos minerais no subsolo dos municípios, para fins exclusivamente sociais”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, Palácio Petrônio Portela, em Teresina 15 de março de 2010.


Deputado ANTONIO FELIX



Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça
para os devidos fins.

Em 18/03/10

Wagner
Venâncio de Maria Lopes Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Antônio
Vieira

para relatar.

Em 18/03/10

[Assinatura]
Presidente Comissão de Constituição
e Justiça



Assembléia Legislativa do Estado do Piauí

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 19/10

PROCESSO : AL 379/10

AUTOR: DEPUTADO ANTONIO FÉLIX

RELATOR: DEPUTADO ANTÔNIO UCHÔA

APROVADO A UNANIMIDADE	
em, 13	04 / 10
Presidente da Comissão de	
Justiça	

I - RELATÓRIO

Encaminhado a esta relatoria nos termos do Art. 61 da Constituição Estadual combinado com o artigo 139 do Regimento Interno, apresentamos parecer ao Projeto de Lei Nº 19/10 que altera o artigo 1º da Lei Ordinária Nº5.976 de 24 de Fevereiro de 2010.

II - PARECER

Após análise desta relatoria, baseada no estudo da Constitucionalidade, conclui-se:

O convênio administrativo estar presente na constituição Federal como instrumento de cooperação associativa entre os entes federativos no artigo 23, parágrafo único e regulado no artigo 116 da Lei 8.666/93.

II - VOTO

Baseado no **Interesse Público** e na busca pelo o mesmo objetivo entre dois entes federativos, realizado através de um **convênio administrativo** caracterizado, pelos juristas, como **Federalismo Cooperativo** ; esta relatoria é de parecer favorável ao normal trâmite da presente proposição.

Assim, votamos

SALA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 05 de Abril de 2010.

Dep. ANTÔNIO UCHÔA
RELATOR



Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de
Infra-Estrutura
 para os devidos fins.

Em 13 / 04 / 2010

Elvagn

Conceição de Maria Lages Rodrigues
 Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado

M. S. S. S. S.

para relatar.

Em 14 / 04 / 2010

Elvagn

Presidente da Comissão de Infra-Estrutura e Política Econômica

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE DO DEPUTADO WARTON SANTOS

COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA E POLÍTICA ECONÔMICA

PROJETO INDICATIVO DE LEI Nº 019/2010.

PROCESSO AL- 379/10

AUTOR: DEP. ANTÔNIO FÉLIX

RELATOR: DEP. WARTON SANTOS

I – RELATÓRIO

Encaminhado a esta relatoria nos termos do art. 47, Inciso VI, do Regimento Interno, a proposição supra referida para emitir parecer conforme dispõem os artigos 59 a 63, 139 e seguintes do mesmo diploma legal já elencados, a referida proposição em epígrafe que *Altera o art. 1º da Lei Ordinária nº 5.979 de 24 de fevereiro de 2010.*

A proposição recebeu parecer favorável da CCJ- Comissão de Constituição e Justiça e na presente Comissão passa-se a análise pertinente ao mérito.

O Projeto de Lei em comento está sob a análise da Comissão de Infra-estrutura e Política Econômica, haja vista atender ao campo temático previsto no Art. 34, Inciso III, alínea “o”, do Regimento Interno.

II - PARECER

A presente proposição propõe a autorização ao Poder Executivo Estadual a celebrar convênio com a União Federal e a conceder aos colonos através do Departamento Nacional de Produção Mineral DNPM 10.000,00,00,00 (dez mil) hectares de área, compreendida nas cidades de Juazeiro do Piauí e Castelo do Piauí,

destinada a exploração de recursos minerais no subsolo dos municípios, para fins exclusivamente sociais.

Apesar de estar sob o campo de análise aspectos outros que não seja o mérito, competência inerente a presente comissão, ao nosso sentir, até mesmo, para balizar o nosso parecer, lamenta-se, o fato de na Comissão de Constituição e Justiça não ter sido vistas algumas formalidades, essenciais a qualquer propositura de Projeto de Lei, em especial, destaque-se a necessidade de justificar as proposições, pois é o que manda a boa técnica legislativa.

Assim, destaca-se ausência de justificativa da presente proposição o que dificulta saber o alcance do Projeto em *epígrafe*.

Todavia, fazendo o paralelo do dispositivo em reforma, observa-se que a presente proposição propõe a retirada do texto original a seguinte expressão: **através do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, para que conceda ao Estado do Piauí 10.000 (dez mil) hectares de área**, passando, assim, a novo texto, qual seja: **e a conceder aos colonos através do Departamento Nacional de Produção Mineral DPNM 10.000,00,00,00 (dez mil) hectares de área**.

Após, esgotar-se as considerações preliminares, fazendo-se, necessárias ponderações, entendemos que o propósito do Projeto de Lei em comento é, indubitavelmente, o melhor, haja vista que referida proposição trata no mérito de tema relevante ao Piauí, em especial, os Municípios envolvidos, vez que a proposta de Convênio entre União e o Estado do Piauí, tem como objetivo o crescimento desta região, seja com o fomento à pesquisa mineral, seja como proposta de novas descobertas de oportunidade para a municipalidade envolvida, o que sob o prisma do justo, do necessário e do essencial, tem a nossa aquiescência, a anuência desta relatoria para o normal trâmite da proposta em questão.

Assim, entendemos que a presente proposição vem ao encontro de grandes oportunidades para o Piauí.

Esse é o nosso sentir.

III – VOTO

Diante do supra argumentado, com as considerações devidas, entende-se de grande importância a presente proposição, tendo em vista engrandecimento de pesquisa e viabilidade econômica que alcança a presente proposição, assim opinamos por **PARECER FAVORÁVEL**.

Assim, votamos

**SALA DA COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA E POLÍTICA
ECONÔMICA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ,
Teresina, 19 de abril de 2010.**

Wartón Santos
Dep. WARTON SANTOS

Relator

Orlando F. F.

mt

Relator

11

APROVADO A UNANIMIDADE
em, 14/12/10
<i>W. B. Lima</i>
Presidente da Comissão de
<i>Infra Estrutura</i>
<i>W</i>